

“Cadeia sem comida é dinamite com pavio aceso, doutor”: táticas de sobrevivência em *Estação Carandiru*, de Drauzio Varella¹

Sarah Uszynski²
Sabrina Sedlmayer³

E me pareceu sempre uma enorme incoerência, matar gente que mata gente apenas para mostrar que não se deve matar gente.
Luiz Alberto Mendes (2009)

A Casa de Detenção do Estado de São Paulo, considerada o maior presídio da história do país, se localizava no bairro que definiu seu nome popular, Carandiru, e abrigava, em 1989, mais de 7.200 presos. A primeira edição de *Estação Carandiru*, publicada por Drauzio Varella em 1999, relata conversas e vivências assistidas e experienciadas pelo médico e escritor nos dez anos em que atuou dentro do presídio. O testemunho⁴, extremamente presente na narrativa do livro, é o fio condutor dos eventos que Varella empreende: “Ouvir dez pessoas é escutar dez histórias, é separar o joio do trigo, um quebra-cabeça que exige preparo intelectual” (VARELLA, 1999, p. 113). O autor utiliza, na maior parte do livro, a escrita em primeira pessoa, com um eu que é entrelaçado à narrativa, como na sua chegada ao Carandiru: “Desço na estação Carandiru, e saio à direita, na frente do quartel da PM. Ao fundo, a perder de vista, a muralha cinzenta com os postos de vigia” (VARELLA, 1999, p. 13). Em muitos casos, porém, o autor-narrador não é o agente das ações, mas uma terceira voz que ouve e tem como único objetivo relatar, ou ainda, compreender a vida e as angústias dos prisioneiros: “Ouvi apenas os presos. Segundo eles, tudo aconteceu como está relatado a seguir” (VARELLA, 1999, p. 285).

O mergulho no universo Carandiru carece da capacidade do próprio leitor de ultrapassar o personalismo, pois o que o livro propõe é a reflexão sobre questões, experiências e problemas da sociedade. A obra busca retratar uma representação de mundo específica, construída sob os limites da Casa de Detenção. O Carandiru, descrito por Drauzio Varella quase como um inferno dantesco, é, para aquelas pessoas, a ida sem volta: “aqui desemboca o esgoto da cidade” (VARELLA, 1999, p. 22). O autor se coloca intermitentemente à medida que a narrativa se desenrola, sendo, em muitas passagens, um personagem secundário e com visões limitadas, uma vez que não consegue dizer o

¹Artigo vinculado à pesquisa “Intérpretes da fome na literatura brasileira”

²Graduanda em Língua Portuguesa na Universidade Federal de Minas Gerais. Brasil. Orcid: 0000-0002-2028-8019. E-mail: sarahuszynski@hotmail.com

³Doutora em Literatura e professora titular da Universidade Federal de Minas Gerais. Brasil. Orcid: 0000-0002-6606-116X. E-mail: sabrinasp@ufmg.br

⁴ Gustavo Garcia (2003) acredita que a modalidade denominada testemunho não deve ter seu valor mensurado a partir da comprovação referencial, tal como fosse uma experiência científica. Já a crítica Beatriz Sarlo (2007) busca a possibilidade de haver um traço formal que diferencie a narração dos fatos verificáveis aos da imaginação.

que se passa na cabeça dos personagens, apenas inferir, e, por isso, há constantemente a troca do pronome “eu”, por “ele/eles”. Nota-se que há uma preocupação constante de Varella em ultrapassar a barreira da confidencialidade, se dispondo a dialogar com o sujeito e o coletivo, e por meio de sua narrativa, representar a necessidade de manifestação, dando voz a toda uma comunidade. Adueto Tauffer (2011) afirma que esse deslocamento é fundamental para a literariedade do livro, uma vez que, ao ganhar voz, os prisioneiros, até então alheios a quem lê, ganham personalidade, personificação, nomes, e isso é imprescindível para que desperte a solidariedade do leitor, ajudando-o a compreender a visão dos encarcerados: “tal aspecto humaniza essas personalidades representantes daqueles homens estilhaçados, condenados a permanecerem meses, anos, décadas, aprisionados nas instituições correcionais” (TAUFER, 2011, p. 177).

A violência, fator que aparece consecutivamente nos relatos, se explicaria, para Antonio Barros de Brito Junior (2013), ao fato de que ser abandonado à própria sorte em um ambiente inóspito leva o indivíduo ao último grau de degradação psíquica, fazendo com que o não-humano tome o lugar do humano. Apesar disso, ainda sob a perspectiva desse autor, no contexto carcerário, é a própria violência que estabelece a organização coletiva, uma vez que impõe, utilizando-se do medo como recurso, suas regras, limites e normas de convivência: o *proceder*.

Luiz Alberto Mendes (2009) explica, em *Memórias de um sobrevivente*, que o *proceder* se trata de uma gíria utilizada no cárcere para separar os bons dos ruins, os que conhecem e obedecem às normas coletivas ou não. Um sujeito “sem proceder” seria aquele considerado desprezível, odiado pelo grupo e constantemente humilhado: “Havia ali, de modo dominante, o famoso proceder. Conjunto de normas que eram mais fortes que as leis oficiais do Instituto e que nos governavam, implacavelmente. [...] Seria extrema falta de proceder colocar-se à execração pública, deixar que os outros apanhassem por culpa nossa” (MENDES, 2009, p.135). Essas regras são, portanto, uma tática de sobrevivência coletiva, a forma comumente criada e aceita de como uma pessoa deve se portar diante das circunstâncias de uma vida medida a metros quadrados, a fim de manter sua integridade moral e física. A respeito das travestis, Varella narra, por exemplo: “nem tudo são rosas entre elas; brigam e falam mal umas das outras, porém se unem diante do perigo, por instinto de sobrevivência [...] no fundo a gente é unida porque precisa da outra pra sobreviver” (VARELLA, 1999, p. 248). Segundo o autor, ainda que, assim como os demais primatas (orangotangos, gorilas, chimpanzés, bonobos), os humanos em situação de cativeiro criam regras de comportamento, tendo como objetivo a preservação da integridade do grupo. O médico explica que a privação de liberdade, ao contrário do que se imagina, mesmo quando em um ambiente superlotado e degradado, gera uma sociedade específica e organizada, com suas regras e punições, e detentora de identidade e cultura própria.

Estendia-se um cobertor Parahyba no chão do xadrez e sobre ele colocavam-se os pratos. Então o que estava preso a mais tempo naquela cela escolhia o seu; o mais novo era o último a se servir. As regras de comportamento no horário da comida eram rígidas: nessa hora não podia usar banheiro, escarrar, tossir e muito menos chupar dente, que tomava paulada no ato (VARELLA, 1999, p. 46).

Essas inúmeras leis e regras de conduta criadas pelos próprios presos servem não só para garantir a ordem em um lugar terminantemente instável, mas também para asseverar itens essenciais para a vida humana como a alimentação, a limpeza e a proteção. *Estação Carandiru* expõe ainda que grande parte da alimentação dos detentos fica a cargo das próprias famílias, através dos *jumbos*, sacolas que os parentes levam no período da visita ou deixam na portaria. Varella se mostra adverso à comida servida na detenção, dizendo ser “difícil de engolir” e afirmando que os detentos que não tinham ganha pão na cadeia ou a família para ajudar sofriam com a alimentação baseada em amido e gordura: “Depois de alguns dias não há cristão que consiga digeri-la: a queixa é geral” (VARELLA, 1999, p. 41).

A habilidade culinária se torna, nesse contexto, não mais uma arte, mas um recurso da sobrevivência, uma vez que o preso que a domina ganha prioridade na luta por uma boa vaga no xadrez. A capacidade de reelaborar a refeição, o chamado *recorte*, é indispensável para a sobrevivência no sistema, uma vez que o *barraqueiro*, nome dado ao *recortador*, se faz responsável pela alimentação de todos os companheiros, tornando-se uma peça importante da sobrevivência coletiva no sistema prisional. “Ao receberem a quentinha, os presos lavam os alimentos, adicionam temperos e cozinham tudo novamente” (VARELLA, 1999, p. 41). Além desse modo de fazer, existe também um artefato, arquitetado pelos detentos de maneira improvisada, o *fogareiro*. Peça essencial para prática do *recorte*, uma vez que só por meio dele seria possível fazer o reparo nas refeições: “um tijolo com um sulco esculpido pelo qual serpenteia uma resistência elétrica ligada à fiação que corre por fora da parede” (VARELLA, 1999, p. 40).

É possível dizer também que todos os elementos criados pelos presos para compor a cela estabelecem uma relação importante de resignificação do espaço. Percebe-se nas fotos encontradas no livro, que tudo é disposto de maneira afetiva: as cortinas floridas, a organização dos utensílios de cozinha, que se assemelham a uma cozinha de casa, de certa forma materna, a um lar. Gravar em uma cela, inicialmente padronizada, suas marcas pessoais com objetos que foram recriados mediante a necessidade de permanecer vivo, é também uma maneira de reviver o afeto e a humanidade, palavras que parecem ser retiradas dessas pessoas, categoricamente, todos os dias. Em *Memórias de um sobrevivente*, por exemplo, o sobreviver aparece rigorosamente entrelaçado às

normas da cadeia e às táticas desenvolvidas naquele contexto: “A vida ali era dura, mas a gente buscava sobreviver com o mínimo possível de conforto”⁵ (MENDES, 2009, p. 375).

Outra técnica comum, a qual o autor dedica um capítulo inteiro do livro, é a *Maria-Louca*. Segundo os presos, “tão antiga quanto o sistema” (VARELLA, 1999, p.182), a aguardente mais tradicional do presídio é produzida a partir de práticas e artefatos desenvolvidos no dia a dia, tendo sua origem indefinida até mesmo entre os próprios praticantes. Sabe-se, porém, que o Brasil é um país mundialmente conhecido pela cachaça, e que, antes da chegada dos portugueses, os índios brasileiros bebiam um fermentado de mandioca chamado *cauim*, feito por meio da fermentação da mandioca ou do milho, às vezes com suco de fruta. Hans Staden (1525- 1579) em seu relato de viagem, revela que, após o cozimento da mandioca em grandes panelas, as mulheres trituravam a mandioca com os dentes e cuspiam tudo em um recipiente com água. Aquela mistura fermentava com a ajuda das bactérias presentes na saliva e resultava em uma bebida turva e espessa. Com a chegada dos europeus e a criação dos alambiques, o *cauim*, que era apenas uma água fermentada, se transforma, após destilação, na *Tiquira*, uma aguardente muito comum no Maranhão e no Ceará. A *Tiquira*, que é produzida ainda hoje de forma artesanal e comercializada no mercado informal, tem uma cor azulada, que se dá pela adição de folhas de tangerina durante a fermentação.

Já a *Maria-Louca*, apesar dos simples ingredientes, tem sua receita complexa: pode ser feita com milho, arroz, cascas de frutas, ou qualquer “resto”, até mesmo no que era encontrado nas latas de lixo. Em uma passagem de *Estação Carandiru*, Varella narra a história de Ezequiel, detento e mais respeitado destilador, ou *bigorneiro*, de *Maria-Louca* da penitenciária. Ezequiel utilizava como sumo para a fabricação da aguardente o milho de pipoca que a mãe levava no dia da visita: “num tambor grande comprado na Cozinha Geral, juntava cinco quilos de milho, com açúcar e cascas de frutas como melão, mamão, laranja ou maçã. Depois, cobria a abertura do tambor com um paninho limpo e atarraxava a tampa” (VARELLA, 1999, p. 182). Essa mistura de milho e cascas deve fermentar por pelo menos sete dias; quando o tambor é aberto, filtra-se o líquido e os componentes sólidos são desprezados; já na etapa da destilação, o líquido é transferido para uma lata grande com um furo na parte superior, no qual é introduzida uma mangueira conectada a uma serpentina de cobre, a lata vai para o fogareiro até levantar fervura, assim, o vapor sobe pela mangueira e passa pela serpentina, que é resfriada pelo preso a todo instante, o contato do vapor com a serpentina resfriada provoca a condensação, fazendo com que na saída, onde há uma garrafa

⁵Em uma exposição realizada pela fotógrafa e documentarista Maureen Bisilliat, em 2015, no Museu da Casa Brasileira, a artista reuniu artefatos do cotidiano da vida no Carandiru (gambiarras) e revelou como as pessoas usam toda a sua energia para fazer muito com quase nada: “Como elas usam seu tempo presas para pensar na liberdade”.

emborcada, a bebida pingue devidamente destilada (VARELLA, 1999, p. 182). Ainda segundo os presos, os modos de fazer e as receitas são maleáveis, mas a base é sempre a mesma:

Fazer maria-louca é artesanato, e como você aprende artesanato? Com os mais velhos. Tinha pessoa tirando cadeia de 20, 30 anos, conheci muitos Bandido da Luz Vermelha — ele não foi o único. Então eles passam experiência pra gente. Tem vários lugares onde eu passei, mas a experiência é uma só — o sistema é um só (MALERONKA, 2010, s.p.).

A gambiarra⁶, prática que acontece no decorrer da vida cotidiana, é usada comumente com a finalidade principal encontrar uma solução para objetos e situações, reorganizando-os dentro de um novo contexto, um modo de fazer, método e processo, capaz de questionar os aspectos da cultura material e imaterial. O “jeitinho brasileiro” refuta os sentidos conotativos da palavra no Brasil, uma vez que se tornou uma práxis, da qual todo brasileiro sabe, consegue definir e fazer. Rodrigo Bouffleur acredita que a questão socioeconômica é uma condicionante fundamental para a existência das gambiarras, uma vez que esse tipo de improvisação está intrinsecamente ligado ao contexto em que o produto industrial está inserido e ao processo de desconstrução do *design* ao qual está relacionado (BOUFLEUR, 2013, p. 8). É possível identificar, no ato e na invenção, um viés anárquico, uma vez que, ao improvisar, o sujeito faz com que o domínio da relação seja deslocado para si, modificando os lugares da ordem e invertendo a estrutura da hierárquica do sistema. Rosas (2006) vai além e define que a gambiarra é uma prática indiscutivelmente política, uma vez que, conscientemente ou não, nega a lógica produtiva capitalista. Para ele, a gambiarra é um grito de liberdade, de protesto, da afirmação de uma criatividade inata. Em reportagem ao site Vice Brasil, Twin, ex detento do Carandiru, explica que na cadeia as cascas de fruta eram obtidas do lixo, das frutas trazidas pelas visitas: “lavavam bem e colocavam pra fermentar com açúcar, água e fermento” (MALERONKA, 2010). Seria a *Maria-Louca*, então, a pura essência da sábia frase de Lavoisier (2011 [1789]) “nada se cria, tudo se transforma”⁷ e a gambiarra, por sua vez, traduziria, neste exemplo, o “consumir o consumo”, ou seja, produzir a partir do pouco, do resto, e, por meio dele, criar-se maneiras de resistir, táticas de sobreviver.

A mente moderna nasce com a capacidade, ou necessidade, de criar o novo a partir do velho, o melhor do pior, o superior do inferior. Para Bauman (2005), essas transformações só podem acontecer quando o lixo social indesejado é varrido para longe do campo visível da sociedade e o efeito inevitável desse processo é a divisão dos resultados materiais da ação em *produto útil e refugo*, uma vez que para a sociedade moderna interessa apenas o produto, e não o

⁶O antropólogo Levi-Strauss (1970:38), foi o primeiro a pensar a gambiarra. Apesar de não propor com o termo, o autor utiliza a ideia de *bricolage*, um tipo de trabalho manual, feito com o aproveitamento de todo tipo de objetos e materiais disponíveis, sem planejamento prévio. Para Strauss, todo o conhecimento dos seres humanos surge antes da ciência moderna, pois, antes do rigor científico, já se construía o saber, resultado da observação e experimentação.

⁷Lei da conservação da matéria.

resto dele. Ainda para o autor, esse fato cria uma política do disfarce, que fortalece a indústria da remoção do lixo. Os *coletores do lixo*, no entanto, são aqueles responsáveis por reforçar a linha que divide o desejável e o repulsivo, onde seu único objetivo de vida é a constante atividade de separar: removemos os dejetos da maneira mais radical e efetiva: “tornando-os invisíveis por não os olhar, e inimagináveis, por não pensarmos neles. Eles só nos preocupam quando as defesas elementares da rotina se rompem, e as precauções falham” (BAUMAN, 2005, p. 38). Ainda sob essa perspectiva, a prisão se torna um depósito do refúgio humano, uma vez que nela estão as parcelas mais rejeitadas da sociedade⁸. A situação atual do sistema carcerário brasileiro foi e é vista, pelo governo e pela sociedade, como um constrangimento nacional ou uma sujeira a ser escondida. Sidney Sales, ex-presidiário do Carandiru, revelou em entrevista ao *El País Brasil*⁹, em 2017, que, mesmo após sobreviver ao massacre, retornou ao crime, pois “na hora de fazer um currículo, procurar emprego, apresentava antecedentes criminais e ninguém o queria”:

Eu era negro, egresso do sistema penitenciário, sobrevivente do massacre do Carandiru, dependente químico e semianalfabeto. Na hora de fazer um currículo, na hora de procurar um emprego, apresentava antecedentes criminais e ninguém me queria, afirma. Sem nunca ter sequer mexido em um computador, o ex-detento só encontrou portas fechadas, e voltou rapidamente ao crime. Em um acerto de contas, foi baleado na coluna se tornou paraplégico (SALES in ALESSI, 2017).

O preso passa a ser a personificação da desigualdade velada a todo custo pelas classes média e alta da sociedade, e a prisão como um depósito das sobras descartadas da estrutura social. Essa realidade, como descrito por Bauman (2005), é resultado desse processo que destina as pessoas ao lixo, excluindo-as dos processos produtivos, do mercado de consumo e da vida coletiva, como descrito por Luiz Alberto Mendes: “Éramos a escarradeira do mundo” (MENDES, 2009, p. 391).

Nos textos *Direito de morte e poder sobre a vida* (1980) e *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France* (2005), Foucault sugere que os corpos (individuais e coletivos) estão ao longo do tempo sob dominação dos dispositivos de poder e o direito à vida (e à morte) passou a ser não mais um privilégio absoluto, mas um quesito de sobrevivência. Atualizando os pensamentos de Foucault, Achille Mbembe (2020), busca, por meio de exemplos como o *apartheid*, demonstrar como as diferentes formas do necropoder¹⁰ reduzem as pessoas a condições de vida precárias. Mbembe define soberania como a capacidade de definir quem é ou não descartável, tendo sua expressão máxima alicerçada inteiramente na necropolítica¹¹. O cenário da pobreza, com a omissão

⁸ Dados divulgados pelo INFOPEN (Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias) em 2014, 61,6% dos presos eram negros (pretos e pardos), e 75% dos encarcerados têm até o ensino fundamental completo e um indicador de baixa renda.

⁹ Sobrevivente do Carandiru: “Se a porta abrir, você vive. Se não, vou te executar”. *El País Brasil*, 2017.

¹⁰ Para Mbembe (2020), o necropoder é uma gestão governamental que administra a morte.

¹¹ Para Mbembe (2020), a necropolítica é o poder de definir e a capacidade de ditar quem vive e quem morre.

dos direitos à saúde, à alimentação e à educação, atua juntamente ao sistema prisional (espaço onde ocorre a banalização da morte) e se tornam peças essenciais nas engrenagens de um sistema homicida:

A necropolítica é a expressão máxima de soberania, pois nela está o poder e a capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. O Estado constrói seres matáveis, geralmente localizados pela raça e pelo espaço. Como efeitos do dispositivo necropolítico, tem-se a construção de espaços e da banalização da morte dos corpos negros em espaços periféricos e/ou estigmatizados (PEREIRA; SANTOS, 2020, p. 180)

É necessário que se questione o lugar das pessoas encarceradas e sua representação na sociedade, assim como o pensamento colonial, que ainda opera na produção das desigualdades e opressões, dentro e fora dos presídios. Pereira e Santos afirmam que o conceito de Mbembe é fundamental, uma vez que o poder constrói, no sujeito carcerário, uma narrativa de corpos matáveis, produzindo na sociedade um imaginário a respeito desse grupo que desumaniza o ser humano e afasta suas problemáticas das esferas sociais. Para Penna (2013), é na existência carcerária brasileira, enquanto laboratório da pobreza, que podemos encontrar de forma concentrada a “vida nua”, sendo esta, sob ponto de vista da produção constitutiva, a vida real, do “abjeto”, a demonstração da “vida precária”. Para o autor, é neste fato que se exprime a importância dos testemunhos carcerários, uma vez que é na prisão que encontramos a “normalidade anormal” dos bairros pobres, das periferias, das comunidades e favelas do Brasil: “as prisões brasileiras são verdadeiros depósitos humanos, ou campos de concentração para pobres” (PENNA, 2013, p. 30). *Estação Carandiru* reproduz um movimento contrário ao da “naturalização” dos “selvagens”, como proposto por Marco Antonio Bretas, fazendo, justamente, a desnaturalização da pobreza e da desigualdade social sistêmica presente na sociedade brasileira.

Ainda nesse sentido, Sedlmayer (2017) afirma que a gambiarra é, sobretudo, uma tática dos homens ordinários, uma vez que os usuários desta são improvisadores que esnobam o poder, criando um repertório de gestos, ações, objetos e receitas que fazem referência a uma série de práticas de improviso diante da falta de técnica e/ou capital econômico. Adotando os pensamentos de Rosas, Sedlmayer e Bouffleur, Lopes (2019) reforça que existe um caráter desviante da gambiarra que se relaciona intrinsecamente ao ato de resistir. Para a autora, existem razões para a realização da gambiarra que extrapolam a carência de materiais e a necessidade imediata de solucionar problemas, podendo ser uma parte de um processo cultural de construção de formas e pensamentos.

Os problemas do sistema carcerário registrados ao longo do tempo são os mesmos desde a vinda da família real portuguesa para o Brasil, em 1808. Gouvea (2018), afirma que, com a elevação da cidade à Corte, a Cadeia da Relação, localizada no térreo do Senado da Câmara, foi

ocupada e os presos foram transferidos para Aljube¹². Consta, porém, no Arquivo Nacional, que a cadeia precisou de reformas em 1816 e acabou sendo desativada em 1856, devido à precariedade e à insalubridade de suas instalações. O depoimento de Eusébio de Queiroz, chefe de polícia do Rio de Janeiro em 1833 demonstra o quão repulsivas eram as condições em Aljube:

A cadeia do Aljube contém perto de 400 pessoas amontoadas, a maior parte delas sendo de baixa condição, conservam sobre o corpo pouca roupa, e essa sumamente suja [...]. Todas estas coisas reunidas fazem que se respire na cadeia um ar tão impuro e corrompido que se pode considerar como verdadeiro foco de moléstias contagiosas (GOUVEA, 2018).

As queixas eram as mesmas: superlotação, falta de condições sanitárias e, como unanimidade, a má qualidade da água e da comida servida aos presos. Trindade (2011) afirma que, assim como no Brasil escravagista do século XVI, quando os senhores alimentavam seus escravos com toucinho, não com fins nutricionais, mas apenas para mantê-los em pé, os presídios apenas fornecem o que comer, sendo a comida pouco nutritiva e constituída de uma base de gordura e ingredientes pouco nutritivos.

A autora fornece registros de 1867, da Santa Casa da Misericórdia, presídio do estado da Bahia, que revelam as inúmeras doenças causadas nos presos pela falta da vitamina B1, como a anemia e a insuficiência de ferro: “aqueles que dependiam exclusivamente da comida fornecida pela Santa Casa de Misericórdia, os chamados presos pobres, tinham uma dieta incompatível com as necessidades nutricionais básicas” (TRINDADE, 2011, p. 1082). Similarmente, em *Estação Carandiru*, Varella revela que a dieta, rica em amido e gordura, serve apenas para engordar os detentos: “Riquíssima em amido e gordura, a dieta, entretanto, engorda. Obesidade aliada à falta de exercício físico é um dos problemas de saúde da Detenção” (VARELLA, 1999, p. 41).

O problema, registrado ainda no Brasil Império, consta também nos levantamentos mais recentes. Em 2009, uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o sistema carcerário revelou que a alimentação inadequada e a falta de acesso à água são problemas constantes e, em quase todas as unidades prisionais existem reclamações sobre a má qualidade da comida. Os presos revelaram que, constantemente, cabelos, baratas e objetos estranhos são encontrados em meio à comida, sendo recorrentes também reclamações sobre comida azeda, estragada ou podre. Em *Memórias de um sobrevivente*, Luiz Alberto Mendes afirma que a fome e o frio eram preocupações comuns na vida carcerária, bem como o pensamento dos carcereiros em castigar o indivíduo por meio destes: “três dias depois, veio um carcereiro para ver se estávamos vivos. Pedimos comida. Respondeu que, naquela delegacia, ladrão não comia, e saiu batendo o portão de ferro da carceragem” (MENDES, 2009, p. 254).

¹² O Aljube, prisão clerical que tinha, portanto, de início, a finalidade de detenção disciplinar dos padres, foi construída em 1732, encostada ao morro da Conceição, no Estado do Rio de Janeiro, abaixo do palácio episcopal.

Ainda neste livro, é possível perceber que não só a falta da comida era dada como castigo físico, mas, também, a sua má qualidade, incentivadas, principalmente, pelo pensamento punitivo, reflexo de uma concepção social que acredita no discurso: “bandido bom é bandido morto”. Mendes (2009) narra suas condições físicas e mentais durante os dez dias em regime de fome, decretado pelos agentes como punição por não revelar detalhes dos seus crimes durante as sessões no pau de arara: “apenas no décimo dia, o carcereiro apareceu com uma lata de óleo, cheia até a metade de macarrão, que de longe já cheirava azedo”:

Derrubamos a lata no chão, pois ficou para fora da grade, e, como animais, devoramos até o último fio de macarrão, qual fosse a comida mais gostosa do mundo [...]. A barriga ficou cheia, que maravilha! Logo em seguida começamos a passar mal, com dores horríveis de barriga e diarreias intermináveis. O corpo doía, estávamos envenenados pela comida estragada. Mas era melhor que a fome negra que havíamos vivido (MENDES, 2009, p. 255).

O sistema de alimentação prisional brasileiro obedece a um preceito, que foi construído ao longo dos séculos, sob uma perspectiva de punição sobre a punição, uma vez que a má (ou pouca) alimentação, não serve, de forma alguma, como aprendizado e apenas sobrecarrega, ainda mais, um sistema já problemático, com pessoas desnutridas e mais suscetíveis a diversas doenças, como diabetes e obesidade.

Compreender a gambiarra como processo significa reconhecer que o seu modo de fazer está inerentemente ligado ao contexto em que ela ocorre. Nesse sentido, buscamos argumentar que a gambiarra é uma tática de sobrevivência dentro do sistema carcerário, uma vez que, por meio dela, é possível que o sujeito carcerário possa assegurar, mesmo que minimamente, o seu direito à alimentação. A prática inventiva oferece também dentro desse sistema novas formas de fazer, criando com o que se tem à disposição e revelando a potência da “criatura viva”¹³, nas palavras de Dewey. As possibilidades de rearranjar, ou reproduzir com o que há, os objetos do cotidiano, projetam a efetividade, ou normalidade, de um mundo real, para esse contexto de privação: “O processo-gambiarra permite aos sujeitos intervir no mundo regulado e estruturado em que se inserem, atuando efetivamente como sujeitos” (ASSUNÇÃO; MENDONÇA, 2016, p.111).

As táticas relatadas em Estação Carandiru como o *recorte*, o *fogareiro* e a *Maria-louca*, bem como as inúmeras invenções que passam do âmbito lexical e se tornam procedimentos, o *proceder*, o *jumbo*, o *recortador*, são gambiarras que vão além de soluções rápidas e fáceis para objetos inutilizados, pois afirmam a necessidade do sujeito em reagir criativamente diante de uma situação adversa, uma vez que necessita da potência imaginativa, com o pouco que há disponível, e a desobediência de poder, que advém de um principal fator: a falta. A invenção de todos esses

¹³ Dewey (2010) considera “criatura viva” o ser humano em toda sua totalidade, cabendo uma filosofia que compreenda a articulação do homem com o seu meio, onde a experiência é a “chave-mestra” para revelar a vitalidade unificada da experiência singular e estética entre o homem e a arte.

modos de fazer e agir não são, porém, uma simples transgressão, mas sim um modo de viver que tenta induzir (ou projetar), dentro de uma situação humanamente perversa, a vida cotidiana, normal, regular. Além disso, a gambiarra se faz uma tática de sobreviver, não somente às condições reais relacionadas a vida no presídio, mas de resistir ao apagamento da sua identidade própria como sujeito no mundo.

Já as problemáticas em torno da alimentação revelam ainda mais a desigualdade do país, uma vez que pessoas de grupos sociais que já têm sofrido com a fome ao longo dos séculos, são novamente atingidas pelo problema. Sendo a fome, dentro desse contexto, uma prática voraz da necropolítica, reforçada por um senso comum punitivo, que mata e descarta os sujeitos tal como fossem o lixo produzido pela sociedade pós-industrial, um efeito colateral dessa construção de ordem, e esse pensamento sacia, minimamente, a necessidade social de vingança contra o preso, mesmo que anulando a opção efetiva que existe frente aos problemas: o tratamento social da miséria e seus correlatos.

Referências

- ALESSI, Gil. “Sobrevivente do Carandiru: “Se a porta abrir, você vive. Se não, vou te executar”. *El País Brasil*, 20 de junho de 2017.
- ASSUNÇÃO, Helena; MENDONÇA, Ricardo. “A estética política da gambiarra cotidiana”. *Revista Compólitica*, vol.6, 2016. Disponível em: <https://www.gambiologia.net/blog/wp-content/uploads/2018/09/gambiarra-politica-revista-compolitica-helena-e-ricardo.pdf>. Acesso em 11 de junho de 2021.
- BAUMAN, Zygmunt. *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- BOUFLEUR, Rodrigo. *Fundamentos da gambiarra: a improvisação utilitária contemporânea e seu contexto socioeconômico*. Tese de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2013.
- BRETAS, Marco Antonio. *What the eyes can't see: stories from Rio de Janeiro's prisons*. Austin: University of Texas Press, 1996.
- BRITO JÚNIOR, Antonio Barros de. “A literatura e o local da diferença: entre testemunho e arquivo”. *Repositório Institucional da UFRGS*, 2013. Disponível em: https://oasisbr.ibict.br/vufind/Record/UFRGS-2_5af42242b5b4b7d32e61c95f4eaca24a. Acesso em 10 de junho de 2021.
- CPI SISTEMA CARCERÁRIO. *Câmara dos Deputados*. Brasília, 2009. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/2701>. Acesso em 6 de maio de 2021.
- DEWEY, John. *Arte como experiência*. Tradução de Vera Ribeiro. São Paulo: Martins, 2010.
- FOUCAULT, Michel. “Direito de morte e poder sobre a vida”. In: FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade. A vontade do saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- GARCÍA, Gustavo. *La literatura testimonial latinoamericana*. Madrid: Pliegos, 2003.
- GOUVEA, Viviane. *Prisões, Presingas e cadeias na Colônia*. *Arquivo Nacional*. 2018. Disponível em:

- <http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=2222&sid=165>. Acesso em 6 de jun de 2021.
- BRASIL, Ministério da Justiça. INFOPEN. *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias*, 2014. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/news/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopen-esta-terca-feira/relatorio-depen-versao-web.pdf>. Acesso em 6 de junho de 2021.
- LAVOISIER, Antoine Laurent (1743-1794). *Tratado elementar de química*. (1789) / Antoine-Laurent Lavoisier ; tradução e notas Emídio C. Queiroz Lopes. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Química, 2011, vol. 2.
- LOPES, Maria Fernanda de Mello. *Gambiarra como processo: uma antropofagia latino-americana*. Dissertação de Mestrado em Comunicação e Semiótica. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, 2019. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/22878>. Acesso em 6 de junho de 2021.
- MALERONKA, André. “Vixi, Maria!”. *Vice Brasil*, 2010. Disponível em: <https://www.vice.com/pt/article/xyqzbj/vixi-maria-v2n9>. Acesso em 11 de junho de 2021.
- MBEMBE, Achille. *Necropolítica: política, soberania, estado de exceção, política de morte*. São Paulo: N-1 Edições, 2020.
- MENDES, Luiz Alberto. *Memórias de um sobrevivente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- PENNA, João Camillo. *Escritos da sobrevivência*. Rio de Janeiro: Viveiros de Castro Editoração, 2013.
- PEREIRA, Elias Fernandes; SANTOS, Laerte de Paula Borges. “População Penitenciária: necropolítica e pandemia do novo coronavírus (covid-19)”. Pernambuco: *Revista de Estudos antiutilitaristas e póscoloniais*, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/realis/article/view/247873/pdf>. Acesso em 18 de junho de 2021.
- ROSAS, Ricardo. “Gambiarra – alguns pontos para se pensar uma tecnologia recombinante”. *Caderno Videobrasil*, 2006. Disponível em: <http://www.periodicos.uff.br/gambiarra/article/download/31335/18424>. Acesso em 8 de junho de 2021.
- SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura do passado e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SEDLMAYER, Sabrina. *Jacuba é gambiarra*. Belo Horizonte: 1ª ed, Autêntica Editora, 2017.
- STADEN, Hans. (1557). *Viagem ao Brasil*. Rio de Janeiro: Officina Industrial Graphica. Ed., 1930.
- TAUFER, Aduino Locatelli. *Narrativas enjauladas: literariedade, testemunho e vivência em Memórias de um sobrevivente e Estação Carandiru*. Tese de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Letras. Porto Alegre, 2011. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/37309>. Acesso em 10 de junho de 2021.
- TRINDADE, Cláudia Moraes. *Doenças, alimentação e resistência na penitenciária da Bahia, 1861-1865*. Manguinhos, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/79KvZnBR5mT63ZxMqqn5w8v/?lang=pt>. Acesso em 10 de junho de 2021.
- VARELLA, Draúzio. *Estação Carandiru*. São Paulo: 2ª ed, Companhia das Letras, 1999.

Recebido em 11 de junho de 2022.

Aprovado em 13 de janeiro de 2023.

Resumo/Abstract

“Cadeia sem comida é dinamite com pavio aceso, doutor”: táticas de sobrevivência em *Estação Carandiru*, de Draúzio Varela

Sabrina Sedlmayer
Sarah Uszynski

A pesquisa aqui abordada parte da obra *Estação Carandiru*, de Drauzio Varella e busca analisar as táticas elaboradas pelos detentos da Casa de Detenção de São Paulo, considerada, até então, a maior penitenciária do país, o Carandiru, com o objetivo de localizar estratégias de sobrevivência diante da falta e da escassez das suas vidas em cárcere. Perpassando por questões que envolvem o conceito de *gambiarra*, discorreremos sobre algumas das táticas relacionadas ao campo da alimentação, como o *fogareiro*, o *recorte* e a *Maria-Louca*. A hipótese que se desenha é a de que há um intenso vínculo entre a gambiarra e a sobrevivência no contexto penitenciário, e a *Maria-Louca*, funciona como um *modus operandi*, na tentativa, muitas vezes eficaz, de subverter as adversidades vividas pelo sujeito carcerário.

Palavras-chave: sistema carcerário, Carandiru, alimentação, gambiarra, recorte, fogareiro, Maria-Louca.

“Cadeia sem comida é dinamite com pavio aceso, doutor”: tactics of survival in *Estação Carandiru*, by Drauzio Varella

Sabrina Sedlmayer

Sarah Uszynski

The research addressed here is based on the book *Estação Carandiru*, by Drauzio Varella, and seeks to analyze the tactics developed by the inmates of the São Paulo’s House of Detention, considered, until then, the largest penitentiary in the country, Carandiru, with the objective of locating survival strategies in the face of lack and scarcity faced in prison. Going through issues involving the concept of *gambiarra*, we will discuss some of the tactics related to the food, such as *fogareiro*, *recorte* and *Maria-Louca*. The hypothesis we want to defend is that there is strong attachment between the “gambiarra” and survival in the penitentiary context; and *Maria-Louca* is the *modus operandi*, in an often effective attempt to subvert the adversities experienced by convicts.

Keywords: prison environment, Carandiru, food, gambiarra, recorte, fogareiro, Maria-Louca.